

# DESENHOS E CONFLITOS ONTOLÓGICOS NA PRODUÇÃO DE PAISAGENS MULTIESPÉCIE: QUILOMBOS, RETOMADAS, INVASÕES E A INDÚSTRIA DE CELULOSE

Gustavo Rovetta Pereira<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-5019-9455>

## RESUMO

O propósito deste texto foi elaborar uma análise da forma como os conflitos ontológicos e os desenhos ontológicos produziram a paisagem multiespécie concernente ao Grande Sapê do Norte, onde vivem dezenas de comunidades quilombolas, pelo menos desde o século XIX, no extremo-norte do Espírito Santo. Tendo em vista, que desde a década de 1960, ocorre a colonização dessas terras pelos monocultivos de eucalipto da indústria de celulose. Os dados que fundamentam este estudo foram colhidos, majoritariamente, através da interlocução e da observação participante, junto ao trabalho ativo de João Batista, quilombola de Angelim 1, um dos quilombos da região e seus parceiros. De modo geral, é possível afirmar que existe uma diversidade de desenhos ontológicos ligados à composição da paisagem do Sapê do Norte, nas lacunas da ocupação colonial da Indústria de Celulose, para além da busca pela titulação coletiva das terras pelos quilombolas, entre eles as retomadas, projetos e coletivos vinculados à agroecologia e ao desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Conflitos Ontológicos. Paisagem. Desenhos Ontológicos. Colonialidade.

## DESIGNS AND ONTOLOGICAL CONFLICTS IN THE PRODUCTION OF MULTISPECIES LANDSCAPES: QUILOMBOS, RETOMADAS, INVASIONS AND THE PULP INDUSTRY.

## ABSTRACT

The purpose of this text was to analyze how ontological conflicts and ontological designs produced the multispecies landscape concerning Grande Sapê do Norte, where dozens of quilombola communities live, at least since the 19th century, in the far north of Espírito Santo. Bearing in mind that since the 1960s, these lands have been colonized by eucalyptus monocultures from the pulp industry. The data that support this study were mostly collected through dialogue and participant observation along with the active work of João Batista, a quilombola from Angelim 1, one of the quilombos in the region and its partners. In general, it is possible to state that there is a diversity of ontological designs linked to the composition of the Sapê do Norte landscape, on the gaps of the colonial occupation of the pulp industry, beyond and simultaneously the struggle for collective land property by the quilombolas, among them the retomadas, projects and collectives linked to agroecology and rural development.

Keywords: Ontological Conflicts. Landscape. Ontological Designs. Coloniality.

## DISEÑOS Y CONFLICTOS ONTOLÓGICOS EN LA PRODUCCIÓN DE PAISAJES MULTIESPECIES: QUILOMBOS, RETORNOS, INVASIONES E INDUSTRIA DE LA CELULOSA

---

<sup>1</sup> Bacharel e Mestre em Ciências Sociais, Doutor em Desenvolvimento Rural e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Tecnologia Meio Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [gustavorpcso@yahoo.com.br](mailto:gustavorpcso@yahoo.com.br).

## RESUMEN:

El propósito de este texto fue analizar cómo los conflictos ontológicos y los diseños ontológicos produjeron el paisaje multiespecífico de la Grande Sapê do Norte, donde viven decenas de comunidades quilombolas, al menos desde el siglo XIX, en el extremo norte de Espírito Santo. Teniendo en cuenta que desde la década de 1960 estas tierras han sido colonizadas por monocultivos de eucaliptos provenientes de la industria de la celulosa. Los datos que sustentan este estudio fueron recolectados en su mayoría a través del diálogo y la observación participante junto con el trabajo activo de João Batista, un quilombola de Angelim 1, uno de los quilombos de la región y sus socios. En general, es posible afirmar que existe una diversidad de diseños ontológicos vinculados a la composición del paisaje Sapê do Norte, en las brechas en la ocupación colonial de la industria de la celulosa, más allá y simultáneamente más allá y simultáneamente la lucha por titulación colectiva de tierras por parte de las quilombolas, entre ellas las retomadas, proyectos y colectivos vinculados a la agroecología y el desarrollo rural.

Palabras clave: Conflictos Ontológicos. Paisaje. Diseños Ontológicos. Colonialidad.

## INTRODUÇÃO

Enquanto povo latino-americano, temos experienciado nos últimos anos a acentuação multifacetada dos efeitos na paisagem das formas através das quais a modernidade colonial produziu sociedades, territórios e ontologias humanas e não humanas. De um lado, podemos constituir uma perspectiva sobre o lastro ambiental da modernidade através dos seguidos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que demonstram o aumento da contaminação dos solos, das águas, bem como da degradação da fertilidade dos solos subtropicais e da desertificação dos solos das regiões semiáridas. Somado a isso, também é indicado o aumento da temperatura da superfície da terra, fato que incide em uma série de novas adversidades para a reprodução da vida ao longo de todos os territórios (Arneth et al, 2019).

De outro lado, da perspectiva das comunidades camponesas, em um sentido ampliado, o que inclui indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores(as) artesanais, dentre outros (Wanderley, 2014), a degradação ambiental dos territórios se atrela ao assédio sistemático dos promotores do extrativismo aos territórios de vida (Haesbaert, 2020) desses povos. Este cenário pode ser observado com o avanço das fazendas do agronegócio, de projetos de mineração, de monocultivo de árvores, de extração de petróleo, sobre campos, rios, florestas e regiões costeiras (Svampa, 2019).

Diante desse segundo aspecto da realidade ambiental, é seguro afirmar que a degradação sistemática da terra enquanto sistema terrestre, ocorre na escala local, ou seja, nos territórios. Melhor dizendo, onde membros das comunidades perdem o acesso aos rios, às florestas, aos lugares de religiosidade e em um ritmo crescente têm perdido a própria vida ao serem assassinados, quando se contrapõem à colonialidade (Global Witness, 2017; Svampa, 2019).

No caso específico do Brasil, desde 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência, vem sendo encampada pelo presidente e seus aliados, uma cosmopolítica colonial multifacetada que atrela o anti-ambientalismo ao racismo, onde são reduzidos os espaços de participação da sociedade civil na política ambiental do Estado-nação. Paralelamente a isso, são esfaceladas as formas de regulação do Estado sobre atividades com histórico de degradação das paisagens. Somado a esse processo, também é difundido um discurso que desconsidera as ontologias das populações indígenas, quilombolas e camponesas, no qual é incentivado diretamente e indiretamente o assédio de fazendeiros, garimpeiros e empresas sobre os territórios dessas comunidades (Bronz; Zhoury; Castro, 2020).

Exemplo emblemático desse novo momento da cosmopolítica do Estado brasileiro é o surgimento de associações que têm invadido e ocupado unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas, em busca dos títulos individuais dessas terras. Isto, sem se articularem com os movimentos sociais historicamente ligados à questão agrária e/ou a articulações pelos direitos territoriais indígenas ou quilombolas. Um fenômeno muito recente, mas que já demonstra indícios de forte vinculação com a política do governo federal e seus aliados nos estados<sup>2</sup>.

No entanto, nem só de “moinhos de gente” vivem os territórios, pois, nas últimas décadas as comunidades camponesas, em sua diversidade, têm desenvolvido uma série de articulações com organizações não governamentais, intelectuais, pesquisadores(as), setores dos Estados, partidos políticos e movimentos sociais. Isso ocorre no sentido de encamparem suas próprias formas de desenvolvimento, em um ambiente de vasta geração de conhecimento, práticas e relações, tanto de resistência quanto de superação das inferências da modernidade colonial sobre suas vidas (Escobar, 2006, 2016).

Em vista disso, por mais que existam processos comuns ao longo da América Latina, é interessante entender, contexto por contexto, como são distribuídos as relações e os efeitos da forma como as populações humanas integram as paisagens ao longo dos territórios das comunidades, quer dizer, as diferentes dinâmicas que envolvem as ontologias humanas e não humanas. Isto, para que não caiamos em uma leitura tautológica da complexidade, tanto na contribuição para o campo de estudos da sociologia da questão ambiental (Almeida, 2016), quanto para o campo de estudos e de ativismo característico à ecologia política (Escobar, 2010; Alimonda; 2015; Leff, 2015).

Para isso, lançamos mão das abordagens da ontologia política (Blaser, 2013; Fleury; 2013; 2016) e dos desenhos ontológicos (Escobar, 2016) com o propósito de analisar, a partir de um estudo de caso sobre um contexto específico, como diferentes sujeitos produzem diferentes

---

<sup>2</sup> Ver a reportagem investigativa, de nome o “Aumento de invasões de áreas protegidas revela a ascensão dos 'sem-terra de direita” da Folha de São Paulo, publicada em 24 de outubro de 2020. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/amazonia-sob-bolsonaro/sem-terra-de-direita/aumento-de-invasoes-de-areas-protegidas-revela-a-ascensao-dos-sem-terra-de-direita.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

assembleias (Tsing, 2019) na constituição das paisagens dos territórios que abrangem as relações dos camponeses com a modernidade colonial. O estudo de caso se refere às dinâmicas ambientais do Sapê do Norte, um grande território quilombola entre dois municípios do extremo-norte do Espírito Santo, quase na fronteira com a Bahia. Este estudo faz parte da minha pesquisa de doutorado em desenvolvimento rural, construída de 2018 até 2022, em interlocução com João Batista, quilombola da comunidade de Angelim 1. Através da observação participante e de entrevistas semiabertas, acompanhei seu trabalho ativo de produção de desenhos ontológicos para o desenvolvimento rural do Sapê do Norte. O grande Sapê do Norte é quase como um mosaico, onde são desenhadas ontologias vinculadas aos quilombolas, à indústria de celulose, ativistas, retomadas, ocupações e invasões. Em vista disso, proporciona uma análise que demonstra a complexidade de processos que envolvem a constituição da realidade ambiental nos territórios na contemporaneidade.

## DIFERENTES ONTOLOGIAS, DIFERENTES ASSEMBLEIAS E DIFERENTES PAISAGENS

Passaram-se algumas décadas desde que as ciências sociais têm capturado as dinâmicas ambientais enquanto componentes do âmbito social da vida, quer dizer, como problemas de pesquisa, gerando uma diversidade de abordagens, bem como conformando campos de estudo e de atuação política (Escobar, 2010; Fleury, 2014; Fleury; Barbosa; Junior 2017; Leff, 2015; Alimonda, 2015). Há de se destacar que uma grande virada na abordagem das ciências sociais sobre o ambiente foi a percepção de que a natureza, os ecossistemas e os seres não humanos não se desenvolvem de maneira separada, isto é, enquanto âmbito autônomo em relação à vida social.

Nessa lógica, a separação entre humanidade e natureza é uma construção histórica dos costumes, das formas de ler e construir mundos da Europa Ocidental, o que constitui uma formação social nascida com a modernidade e que se desdobra nas sociedades nascidas da colonização e, por consequência, nas formas através das quais estas produzem conhecimento (Latour, 1994; Santos, 2008).

Nas análises orientadas a superar epistemologicamente a divisão natureza e humanidade (sociedade e cultura), podemos identificar dois âmbitos importantes. Um primeiro âmbito é vinculado ao fato de que tudo aquilo que não é humano, mas que orbita e faz parte da vida das pessoas, é capturado variavelmente conforme a religiosidade, as ideologias e a política, ou, dizendo de uma maneira mais ampla, é capturado pelas cosmologias dos povos, para além de um caráter utilitário e/ou hierárquico, que tem em seus exemplos mais emblemáticos os conceitos de “recursos naturais” e/ou o antropocentrismo. Nesta perspectiva, a forma de capturar a “natureza” pode ser alargada nas maneiras como os grupos humanos estabelecem as fronteiras acerca do que é

humano e o que não é, tal como do que existe e não existe. Portanto, neste segundo caso, nas formas desses povos viverem, não faz sentido pensar o que é natureza e o que não é, pois tudo orbita variavelmente na vida social, como demonstrou Viveiros de Castro (2002), em suas análises já clássicas sobre algumas cosmologias das populações ameríndias da Amazônia.

Já em um segundo âmbito, é encontrado o fato que, de maneira associada à dimensão cosmológica, toda prática humana se dá de um jeito concretamente vinculado ao ambiente. Nesta lógica, é sabido que a forma dos seres humanos enquanto espécie diversa é profundamente vinculada à interação dos nossos ancestrais com as florestas, savanas, campos, lugares frios ou quentes, com o relevo e com os demais seres vivos. Quando podemos ver a evolução enquanto processo milenar e complexo (Suárez, 1994; Ingold, 2000), que alcançou um estágio nas últimas décadas em que é difícil apontar o que de fato existe no mundo que seja dissociado da influência humana (Santos, 1988, 1992; Tsing, 2019).

Numa perspectiva mais profunda, a virada ontológica nas ciências sociais trouxe o entendimento de que os rios, florestas, campos, savanas, praias, áreas de lavouras e animais domésticos ou silvestres fazem parte de construções de mundo. Melhor dizendo, versa sobre como os povos desenham ontologicamente seus territórios e as paisagens no fazimento de suas vidas (Escobar, 2016).

Do mesmo modo, as disputas, as contradições e os conflitos atrelados às diferentes formas dos povos se relacionarem com os rios, florestas e os solos não são disputas por recursos naturais ou por território. Para além, os conflitos da contemporaneidade, principalmente no âmbito da relação das comunidades indígenas, camponesas e quilombolas com o Estado, o agronegócio e a indústria extrativista, são conflitos ontológicos entre mundos que se chocam violentamente (Blaser, 2013; Fleury, 2013, 2016).

De maneira coerente com essas reflexões, Anna Tsing (2019) tem caracterizado a constituição das paisagens multiespécie ao longo dos territórios do planeta como se dando por meio de assembleias. As assembleias seriam relações, vinculações e/ou interconexões entre espécies, fatores bióticos e abióticos. Neste raciocínio, cada paisagem multiespécie, em sua forma, é feita de diferentes assembleias.

Em suas reflexões, Tsing (2019) não enfatiza diretamente situações de conflito ou mesmo a forma como a colonialidade opera sobre as paisagens, elementos tão caros para compreensão das dinâmicas ambientais da América Latina e especialmente do Brasil. No entanto, tanto a ideia de que todos nós de algum modo estamos vivendo nas "ruínas do antropoceno", quanto o conceito de organismos ferais demonstram um exercício de análise dos desdobramentos da modernidade colonial sobre todo o território do planeta.

Os organismos ferais são aqueles convertidos, através de assembleias, em organismos hostis à reprodução das condições de habitabilidade em uma paisagem multiespécie (Tsing, 2019). Exemplo disso são plantas que vivem muito bem com outras plantas em seus ambientes de origem, mas que, ao serem cultivadas em série, na escala do monocultivo, afetam negativamente os solos, os animais, a disponibilidade hídrica e as possibilidades das comunidades viverem em seus territórios.

Diante disto, afirmo que, ao longo dos territórios rurais da América Latina, as assembleias inerentes à produção das paisagens ocorre fundamentalmente através de conflitos ontológicos compostos pelos sujeitos de promoção do extrativismo e, de outro lado, por comunidades camponesas, de pescadores artesanais, quilombolas (ou comunidades negras rurais), dentre outras.

Estes conflitos podem ser divididos entre aqueles que mobilizam ontologias em disputa através de arenas, nas quais a instalação de um grande empreendimento, em determinado território, está em um jogo desigual, permeado pela colonialidade do poder (Quijano, 2005) nas instituições. É o que acontece, por exemplo, com a longa disputa acerca da instalação da Usina de Belo-Monte na Amazônia (Fleury, 2013, 2016), ou com os conflitos ao redor da instalação de portos e plataformas de extração de petróleo ao longo da costa brasileira, como demonstrou a pesquisa de Meira (2017) sobre os pescadores artesanais e a indústria de petróleo no litoral do Espírito Santo. De modo similar, não somente a instalação, mas o reconhecimento e a reparação dos atingidos por um determinado crime ambiental, podem permear as assembleias na constituição da paisagem, a exemplo da pesquisa de Carvalho (2019) sobre a mediação para reparação dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Mariana, sob responsabilidade da companhia Vale S.A/BHP Billiton.

De outra forma, existem conflitos ontológicos onde a instalação de um projeto tipicamente extrativista já não está mais em jogo, pois se tornou um imperativo para as comunidades remanescentes, em especial aquelas pessoas que não foram expulsas com a inserção destes empreendimentos. Desse modo, os conflitos ontológicos diluem-se na vida cotidiana quando as ontologias se atingem de maneira desigual ao longo de diversos processos relacionados ao “compartilhamento” de um mesmo território.

Nessa linha, os conflitos ontológicos diluem-se ao longo das formas das comunidades lidarem com os efeitos do agronegócio, de empreendimentos de mineração e de extração de petróleo sobre os solos, florestas e cursos d’águas. Isso ocorre através de estratégias, articulações e formas criativas de reinvenção da relação com a paisagem e com os territórios da perspectiva das comunidades. Com esta lógica, Peñafiel (2016) analisou as formas de as comunidades camponesas de Cajamarca, nos Andes peruanos, lidarem há décadas com os efeitos da mineração, tanto nos cursos d’água, quanto com a violência oriunda das transformações sociais proporcionadas pelas empresas.

Do mesmo modo, a pesquisa que deu origem a este artigo foca algumas formas de quilombolas de um território no norte do Espírito Santo lidarem com a permanência da indústria de celulose e seus efeitos há aproximadamente sessenta anos. Para isso, tanto a pesquisa de Peñafiel (2016) quanto a minha se utilizam da abordagem dos desenhos ontológicos, da forma como foi constituída por Arturo Escobar (2012; 2016), como desdobramento da virada ontológica nas ciências sociais e em especial no campo da ecologia política (Escobar, 2010).

O autor baseia sua abordagem de desenhos ontológicos a partir do conceito de “desenho ontológico” de Winograd e Flores e do conceito de “autopoiesis” de Maturama e Varela. Na leitura de Escobar, das reflexões desses autores, desenhos ontológicos seriam modos comunitários de produção de ontologias menos marcadas pelas “formas modernas”. O desenho ontológico, nesta lógica, é a mais relevante forma de desenho, pois é através dele que são produzidas formas atualizadas de ser e de se organizar (por exemplo, na criação de novos espaços de educação, de trabalho e de lazer, entre as comunidades), não somente entendendo a ideia de desenho, como atrelada a desenhos de artefatos, equipamentos e construções (Escobar, 2012).

Em somatório, Arturo Escobar (2012) dialoga com o conceito de “autopoiesis”, de Maturama e Varela, para interpretação dos efeitos das tradições nos modos das comunidades desenharem sob aferição da modernidade colonial e seus efeitos. Sob esse ponto de vista, o autor aponta que, ao longo da feitura de desenhos comunitários, perdurariam traços das tradições que seriam reconfiguradas de uma maneira a não haver a perda, em sua totalidade, de atributos caros de sentido para o coletivo. Isto aconteceria como um tipo de resguardo pelas comunidades das formas costumeiras de construção do mundo.

Em diálogo com a perspectiva dos desenhos ontológicos, Anna Tsing (2019) fez uma contribuição fundamental. A autora amplia o conceito de desenho como algo produzido por organismos não humanos, tal como por matérias e materiais. No caso de entes não vivos, o desenho ocorre de maneira não intencional (“design inconsciente multiespécie”) no desenvolvimento de relações de diferentes tipos entre desenhos humanos, não humanos e de materiais ao longo das paisagens. As reflexões de Tsing (2019) destacam que a capacidade criativa dos organismos não humanos não se manifesta somente enquanto houver vínculo com agências humanas. Outrossim, os desenhos multiespécie ocorrem tanto em relações entre matérias e materiais, como entre organismos não humanos.

Escobar (2010, 2012, 2016) aponta algo semelhante ao tecer uma crítica acerca do construtivismo na forma como as ciências sociais analisam a problemática ambiental, que ocorre quando aqueles processos não humanos só são levados em conta enquanto objetos de significado dos diferentes grupos sociais, como se a complexidade ambiental não fosse presente incisivamente de maneira anterior, exterior ou independente da compreensão das populações humanas. Ou de

outra forma, ao não se levar em consideração, no construtivismo, que a interdependência entre humanos e não humanos pode se desenrolar em assembleias entre organismos e materiais não humanos, e que perduram no tempo e no espaço de maneira relativamente autônoma as práticas humanas que a criaram.

A diversidade de associações evidenciadas por Anna Tsing (2019) nos impõe sofisticar nosso instrumental teórico para a análise e a interpretação das assembleias não humanas. Ou seja, dá-se por meio do próprio conhecimento especializado sobre os tipos de paisagem multiespécie em foco em uma pesquisa específica, ou através do aprendizado de saberes e fazeres vinculados ao estabelecimento de assembleias na composição de paisagens específicas, como são os conhecimentos dos camponeses, dos indígenas e/ou dos quilombolas.

Mesmo a abordagem sendo pensada da perspectiva de Escobar para analisar projetos de vida comunitários, onde são desenhadas práticas vinculadas a uma tradição e uma ancestralidade viva, é possível que sejam estudados desenhos ontológicos em contextos mais fragmentados pelas ontologias coloniais, como são as comunidades urbanas, periféricas e pessoas que “parecem não ter lugar e nem comunidade” (Escobar, 2016).

Defendo nestes escritos que a abordagem dos desenhos também pode ser utilizada na interpretação da colonialidade como modo de se produzir ontologias. Melhor dizendo, essa abordagem serve para interpretarmos as maneiras através das quais, sistematicamente, grandes proprietários de terras, Estados e corporações colonizam mundos.

Algo nessa lógica é pensado por Tlostanova (2017), com o seu conceito de “design negativo” vinculado à expansão colonial dos modos de apropriação de todo o território do planeta pelas grandes corporações e o mercado financeiro e suas tecnologias. Nessa lógica, a própria modernidade colonial seria um design total composto e ramificado em várias formas de se desenhar a realidade, a exemplo da engenharia genética em uma escala microscópica, e, por outro lado, a escala colossal dos projetos extrativistas de exploração da natureza e das comunidades.

Arturo Escobar (2013), em um tempo anterior, elencou aquilo que pode ser entendido como um apanhado de atributos encontrados nos desenhos ontológicos coloniais. Entretanto, o autor os classificou como “*transfondo de nuestra cultura*” (“fundo de nossa cultura”) os fundamentos contidos nas ontologias transversais à vida na modernidade colonial.

Como parte do “fundo de nossa cultura”, isto é, dos atributos dos desenhos ontológicos coloniais, está a “crença no indivíduo”, que se trata de uma perspectiva que reconstitui a história da vida na terra, bem como das sociedades humanas como processos dissociados da interdependência de humanos entre si e com não-humanos.

O autor também pontua a autoridade exacerbada de algumas ciências, na modernidade colonial, no âmbito da transformação dos territórios e das paisagens. Isto somado ao fato de a



ciência e de os cientistas não serem responsabilizados pelo lastro de destruição deixado no uso sistemático das inovações para a exploração das populações humanas e não humanas (Escobar, 2013). Apontamento que se reúne a um grupo de autores que já há algumas décadas problematizaram o protagonismo das ciências na constituição da realidade contemporânea e de seus problemas, entre eles Boaventura Souza Santos (2008), Milton Santos (1988, 1992) e Bruno Latour (1994).

Além disso, para Escobar (2013) a crença na economia é um dos fundamentos da modernidade colonial, que afirma a economia como existindo apenas orientada pelo propósito do crescimento e do acúmulo material ao infinito. Nesta lógica, as práticas econômicas são entendidas como dissociadas dos limites físicos dos ecossistemas ao longo dos territórios e do próprio planeta enquanto organismo vivo.

A supremacia racial e o racismo são elementos fundamentais das tecnologias da modernidade colonial, servindo ao mesmo tempo como justificativa e modo de operar o controle territorial de populações e de seus fluxos (Mbembe, 2020). Em seus escritos, Franz Fanon (1968) aponta que usualmente os empreendimentos coloniais são, a priori, formas de ocupação territorial e ambiental organizadas como projetos dissociados das perspectivas das comunidades locais.

De modo geral, os desenhos ontológicos coloniais se associam a uma perspectiva antropocêntrica, na qual todos os seres não humanos, tais como o relevo, a água e os solos, não são sujeitos, mas entes passivos, portanto suscetíveis ao uso exploratório pelos humanos (Gudynas, 2019).

Em vista de toda essa discussão, é plausível conceituar que, através dos conflitos ontológicos e dos desenhos ontológicos, são produzidas assembleias e condições de habitabilidade nas paisagens multiespécie. Desse modo, as relações e conflitos entre os povos nos territórios são demasiadamente multidimensionais, para muito além de conflitos acerca dos “usos” da água, das florestas e/ou das fronteiras da “propriedade da terra”.

No próximo tópico analisaremos os desenhos ontológicos e os conflitos ontológicos que produzem a realidade ambiental do Sapê do Norte, no extremo-norte do Espírito Santo, com o intuito de demonstrar a gama profunda de processos e dinâmicas concernentes à realidade ambiental dos territórios locais na modernidade colonial.

## SAPÊ DO NORTE: UM MOSAICO DE PAISAGENS, ASSEMBLEIAS E DESENHOS ONTOLÓGICOS

Os territórios denominados como Sapê do Norte congregam locais de habitação, de trabalho, de religiosidade e de expressões artísticas de algo em torno de trinta a trinta e cinco comunidades

quilombolas<sup>3</sup>. No entanto, esta denominação acaba sendo presente somente na mobilização das lideranças quilombolas, na busca pelos seus direitos territoriais, pois, na perspectiva do Estado, da indústria de celulose, presente desde a década de 1960, dos fazendeiros e dos empresários do turismo da Vila de Itaúnas, não existe Sapê do Norte enquanto grande território quilombola, mas algumas poucas comunidades e vilas rurais.

O Sapê do Norte é uma região formada por quilombolas, camponeses, fazendeiros, remanescentes indígenas entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no extremo-norte do Espírito Santo. Na visão de algumas lideranças quilombolas, parte dos quilombos da região foi formada, de um lado, por ramificações do quilombo do Negro Rugério e, do outro lado, por aquilombamentos liderados por Benedito Meia-légua, quilombos surgidos da insurgência, no século XIX; no entanto, existem situações em que os quilombos foram formados em outras dinâmicas, como ocupações de terras e herança. De todo o modo, durante o século XIX, o local do Espírito Santo com a maior quantidade de insurgências negras registradas era a província de São Mateus (Oliveira, 2011; Bernardo-Neto, 2017).

A partir dos relatos dos mais antigos, podemos observar que a região era abundante de matas nomeadas, como a Mata da Viração e a Mata do Tinga, no entorno do quilombo de Angelim 1; de rios, como o Angelim, São Domingos e suas dezenas de córregos (por exemplo, o Córrego da Velha Antônia, importante para Angelim 1 e Itaúnas); assim como de lagoas e de várzeas que faziam parte do cotidiano das comunidades. Fato que implica que a abundância da diversidade não humana estava intimamente atrelada à diversidade humana.

Além disso, nos tempos antigos, de meados do século XIX até parte do século XX, e de algum modo até os dias de hoje, existiam muitos casamentos entre os membros de diferentes comunidades, bem como um intenso trânsito no farto território. Deste modo, era comum que uma família se estabelecesse um certo tempo em um local, fizesse algumas lavouras e, caso desejasse, migrasse para outra área dentro do território. Sr. Getúlio, do quilombo de Angelim 1, afirma que o rio Angelim era tão farto de peixes, e as matas tão ricas em animais para caça, que, no momento do estabelecimento na área, em que parte da sua família está até hoje, eles tinham pleno acesso a uma boa alimentação, mesmo um ano antes que os primeiros plantios feitos na localidade vingassem.

Os plantios eram desenvolvidos com a escolha de uma área de mata, para sua posterior derrubada através do fogo e do machado. Esse processo fazia com que os solos absorvessem toda

---

<sup>3</sup> A pesquisa foca nos desenhos de um quilombola e seus parceiros da Comunidade Quilombola de Angelim 1, uma dessas comunidades. Todavia, também tive interlocução com pessoas de outras comunidades, como são Linharinho, São Domingos, Chiado, São Cristovão e também de não quilombolas, a exemplo de Edmundo liderança camponesa e política histórica do distrito de Braço do Rio, negro e descendente de quilombolas da Bahia que se estabeleceram na região.

aquela diversidade vegetal decomposta. Nesta época, Sr. Getúlio pontuou que a fertilidade da terra era tão boa que as culturas resultavam em colheitas riquíssimas, uma vez que a grande quantidade de áreas de mata permitia que as comunidades fizessem um rodízio entre locais de plantio e aqueles locais para regeneração, possibilitando que, de maneira cíclica, as áreas anteriormente desmatadas se recuperassem.

As comunidades criavam suas variedades locais de café, feijão e mandioca. Há, inclusive, um caso de porcos domésticos, criados em Angelim 1, que cruzaram com porcos-do-mato, gerando uma nova variedade de animais cuja carne passou a ser considerada muito saborosa pelas pessoas das comunidades do entorno, mas que eram difíceis de serem caçados. João, quilombola do Angelim 1 e meu principal interlocutor, me contou ter ouvido que, por vezes, a bala de chumbo batia na pele desses animais e ricocheteava. Outro elemento importante, que até hoje se manifesta nas roças dos núcleos familiares quilombolas, é a presença de uma ampla gama de animais da fauna silvestre: tatus, tamanduás, pacas, capivaras, lagartos, esquilos, aves raras, porcos-do-mato, gambás e macacos, dentre vários outros. Estes animais usualmente se alimentam das culturas cultivadas nos terreiros ao redor das casas, bem como nas lavouras que se misturam aos remanescentes de mata.

Tradicionalmente os cultivos eram organizados na lógica da agricultura de pousio e naquilo que nos dias atuais são conhecidos como sistemas agroflorestais. Isto é, cultivos diversificados, mesclados com a vegetação nativa, que envolvem culturas anuais e aquelas que duram anos e até décadas, a exemplo dos cultivos Kayapos, analisados por Posey (1987).

No entanto, por mais que houvesse um rodízio, de certo modo, autogestionado entre as terras nos quilombos, era usual que fazendeiros assediasses as famílias tanto na tomada de suas terras parcialmente ou totalmente, como também condicionassem as famílias a um regime de trabalho análogo à escravidão, como relatado por Sr. Getúlio sobre sua infância no começo do século XX. Também ocorriam casos em que fazendeiros trocavam terras com as comunidades, por bens de ínfimo valor comparado à riqueza da terra, como rádios e relógios.

A desigualdade de poder (usualmente fundamentado na violência) entre comunidades e fazendeiros – estes últimos que tinham o Estado ao seu lado, quando não eram de fato o próprio fazendo parte do governo – culminou em uma política de colonização no começo do século XX. Quando algumas famílias das elites locais e de outros locais do Espírito Santo passaram a organizar o desmatamento de vastas áreas no Sapê do Norte, através do trabalho assalariado e análogo à escravidão para a exportação das madeiras-de-lei e para a feitura de carvão.

As matas eram derrubadas, as madeiras de cerne mais grosso eram comercializadas, transportadas em balsas pelos rios, onde muitos trabalhadores morriam esmagados e afogados. De outro modo, no regime de desmatamento para feitura do carvão, os trabalhadores dormiam em galpões, em média seis dias de uma semana, e era comum que trabalhassem descalços. Esse regime

durou certo tempo, ao mesmo tempo que conviveu com os desenhos ontológicos dos quilombos até a chegada da Indústria de Celulose em meados dos anos 1960, que representou uma mudança abissal na vida das famílias locais.

A chegada da indústria de celulose na região norte do Espírito Santo foi desencadeada enquanto política dos governos federal e estadual, à época do Regime Militar. Isso ocorreu como parte de um projeto de criar uma sociedade de mercado urbanizada, no Espírito Santo, ainda majoritariamente rural e agrícola (Oliveira, 2008).

Em vista disso, foi criada uma estrutura de colonização de terras de uso e habitação, tanto de terras indígenas no município de Aracruz (Loureiro, 2019), como de terras quilombolas no Sapê do Norte. A retórica utilizada versava entre modernização/desenvolvimento, ocupação de vazios demográficos e até reflorestamento.

O problema dos “vazios demográficos” é transversal à história da colonização do Espírito Santo, onde todas as áreas não dominadas pela sociedade colonial eram consideradas selvagens e não habitadas por populações humanas. Nessa lógica, as terras onde transitavam as populações indígenas, quilombolas e, mais tarde, camponeses e pescadores(as) artesanais eram tratadas retoricamente como entraves à prosperidade do estado do Espírito Santo (Daré, 2010; Bernardone Neto, 2017).

Fu Kiau (2001) observou que na colonização do Grande Congo africano pelos portugueses, o regime de rodizio e descanso das terras cultivadas foi entendido intencionalmente pelos colonizadores como a ausência de posse/uso dos nativos, o que justificaria sua ocupação colonial. Trazendo essa perspectiva dos colonizadores para a situação do Sapê do Norte, é plausível pensar que a rotatividade das terras, bem como o trânsito fluído das comunidades em vastas áreas, nutriu a mesma retórica pelo Estado, fazendeiros e a indústria de celulose.

Outro fator relevante é que as populações não brancas nunca tiveram acesso a terras perante o Estado, deste modo, desde a Lei de Terras de 1850, foi coibido no Brasil a posse da terra pela ocupação, ficando esta possível apenas pela compra (Linhares; Silva, 1999). Isto somado ao fato de que, nas alianças entre governantes, tabeliães e fazendeiros membros das famílias tradicionais, vindas da Europa para o Brasil, tinham acesso fácil a grandes extensões de terras, processo pontuado por Warren Dean (1996) como intimamente atrelado à destruição de grande parte da Mata Atlântica brasileira.

A produção de monocultivos em vastos territórios do Sapê do Norte foi operacionalizada por meio da espoliação das terras de quilombo. A coerção das famílias para saírem de suas terras de trabalho e habitação foi o instrumento utilizado, processo desenvolvido de duas formas simultâneas. Uma forma ocorria através da circulação de militares e veículos militares na região, no sentido de intimidarem os quilombolas, afirmando a inevitabilidade deles terem de sair de suas terras. A

segunda se dava em situações em que as famílias eram assediadas por um comerciante – este era negro, assemelhando-se aos quilombolas –, com o qual elas costumavam comprar mercadorias no Porto de São Mateus. Este senhor, comumente conhecido como “Pelé”, foi arregimentado e remunerado pela empresa do ramo de celulose para a tarefa.

Ademais, segundo interlocutores da região, os fazendeiros locais também se apropriaram de terras de uso das comunidades, repassando-as para a empresa. Nesse processo, além de perderem seus territórios de vida, aquelas pessoas que venderam suas terras recebiam poucos valores, assim como tinham parte de suas terras roubadas por agrimensores.

Em meados da década de 1960, as empresas responsáveis pelos monocultivos de eucalipto no Sapê do Norte eram a Companhia Brasileira Florestal e majoritariamente a Aracruz Celulose S.A. Esta última era propriedade de um norueguês casado com um membro da família real de seu país de origem. Para a implantação da indústria de celulose em Aracruz e dos monocultivos de eucalipto em São Mateus e Conceição da Barra, este sujeito angariou amplo financiamento por bancos públicos brasileiros<sup>4</sup>.

Os desenhos ontológicos produzidos pela indústria de celulose no Sapê do Norte envolveram o desmatamento de vastas áreas, primeiramente com fogo, motosserras e machados, e posteriormente através do uso dos famigerados “correntões”. Dois tratores ligados por correntes com elos enormes que passavam arrastando e derrubando florestas inteiras que posteriormente eram incendiadas. Seguidos relatos descrevem a violência desse processo, em que animais saíam pulando, enquanto outros eram esmagados. Sr. Getúlio e Dona Dolores, de Angelim 1, afirmaram que, após o desmatamento dessas áreas, mesmo no caso das suas terras, onde a empresa não entrou diretamente, ocorreu uma demasiada infertilidade por um período de tempo, atrelada a uma espécie de tristeza e/ou depressão da terra.

Tanto o desmatamento quanto a implantação dos primeiros eucaliptais se utilizaram de famílias locais e de trabalhadores de outros lugares, em situação de vulnerabilidade, em um regime análogo à escravidão. Isto é, trabalho sem equipamentos de proteção, sem carga horária máxima por dia, sub remunerados, dentre outros atributos de insalubridade no trabalho.

As assembleias estabelecidas pelo monocultivo de eucalipto com os solos, os cursos d’água, as trilhas, os animais e as pessoas das comunidades foram, em vários aspectos, aquelas típicas de um organismo feral (Tsing, 2019). A destruição dos locais de vida de toda uma comunidade de seres vivos e sua substituição por plantas exóticas plantadas em série culminou na degradação da fertilidade dos solos tropicais que dependem, fundamentalmente, da diversidade de matéria

---

<sup>4</sup> Fato afirmado por Arthur Carlos Gerhardt Santos, governador do Espírito Santo nos primeiros anos de atuação da empresa, e que posteriormente também atuou como presidente da Aracruz Celulose, no documentário denominado “Rodeado de Inimigos” (2008). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=E3qNpC3\\_mSE](https://www.youtube.com/watch?v=E3qNpC3_mSE). Acesso em: 28 nov. 2020.

orgânica depositada e de condições de proteção do sol e da chuva (Ruschi, 1978; Primavesi, 2016). Resultou também na degeneração das capacidades das paisagens do Sapê do Norte produzirem e reproduzirem água, ou, melhor dizendo, acarretou o desflorestamento que provoca o assoreamento dos rios, a exposição excessiva ao vento e ao sol (Primavesi, 2016). Em especial, a exigência de água demandada pelos monocultivos de eucalipto é incoerente com a média pluviométrica da região, secando gradualmente os lençóis freáticos. Trata-se de um processo sistemático que resultou no secamento da bacia, acontecimento que fez com que as comunidades tivessem que cavar poços cada vez mais fundos e mesmo assim não encontraram água. Entre 2015 e 2017, uma severa estiagem no Espírito Santo fez com que muitos quilombos da região ficassem objetivamente sem água.<sup>5</sup>

Ademais, as comunidades perderam seus caminhos tradicionais, áreas de caça, de pesca, de retirada de fibras vegetais, de criação de animais, locais de religiosidade e terras para aumento e ramificação das famílias. Grande parte das florestas remanescentes passaram a ser controladas pela empresa do ramo de celulose, que se utiliza de sua polícia privada, e o trânsito das famílias passou a ser criminalizado.

O monocultivo ou a “*plantation*”, como eram conhecidas as grandes plantações na época da colonização e da escravidão, são entendidas por Anna Tsing (2012) como um paradigma para a produção industrial no capitalismo. Melhor dizendo, promove a produção à exaustão e em série de produtos/organismos idênticos, em uma medida que nunca existiu nesses ambientes. Já na percepção de Vandana Shiva (2003), os monocultivos são uma forma de distorção na qual se tenta imitar a indústria com organismos vegetais, disfarçados de floresta. Aliás, a *plantation* historicamente, desde sua gênese na colonização das américas, sempre dependeu de uma quantidade crescente de terras devido à sua forma agressiva de exaustão dos solos (Willians, 1975).<sup>6</sup>

Na perspectiva das lideranças da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, com as quais tive contato em diferentes momentos, a invasão da indústria de celulose nos anos 1960 reduziu em 95% a quantidade de famílias quilombolas que viviam na região, estimadas, à época, em aproximadamente 12.000 famílias. Em contraponto, as famílias remanescentes foram se articulando aos poucos em algo que culminou na busca pelas titulações das terras no começo dos anos 2000, em um processo de recuperação das memórias sobre o território e sobre as comunidades, ao longo de uma aliança com pesquisadores(as) e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, mesmo tendo gerado alguns Relatórios Técnicos de Identificação e

---

<sup>5</sup> A exemplo de um núcleo familiar quilombola de São Domingos que eu pude visitar, onde vivia uma anciã de quase 100 anos que passou a depender de escassos carros-pipas proporcionados pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Situação inédita na sua longa história de vida.

<sup>6</sup> Augusto Ruschi, ecologista capixaba e patrono da ecologia no Brasil, afirma que o monocultivo de eucalipto no Espírito Santo foi um grande experimento para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia, poucos anos depois (Medeiros, 1995).

Delimitação (RTID), tal como dissertações de mestrado e teses de doutorado, não trouxeram a titulação para nenhuma das terras de quilombos da região. Ao que parece, a não titulação das terras é oriunda da falta de interesse do Estado em designar, para os quilombolas, terras que são de suma importância para fazendeiros poderosos, articulados em torno do Movimento Paz no Campo<sup>7</sup> e da própria indústria de celulose.

Paralelamente a isso, boa parte das comunidades em situação de vulnerabilidade passou a recolher o “facho”. Este que é o resíduo dos eucaliptais, utilizado para a feitura e venda de carvão, uma atividade intensamente precária, que envolve diferentes tipos de exploração sobre trabalhadores, tanto da parte dos donos de caminhões que transportam o facho e detêm os equipamentos, quanto dos donos de carvoarias. O trânsito intenso de quilombolas nas áreas de colheita de eucalipto gerou uma reação na perspectiva da empresa que passou a coibir a coleta do facho, gerando protestos da parte dos quilombolas, que foram reprimidos com forte aparato policial e até prisões. A não titulação das terras, a proibição do trabalho nos fachos, a reiterada da ação de um trabalho de base de organizações, em especial da FASE/ES, e experiências próximas de constituição de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)<sup>8</sup>, em conjunto, convergiram em algumas ações diretas que resultaram em uma categoria usualmente denominada “retomadas”, em meados do final dos anos 2000.

As retomadas são ocupações em terras que ancestralmente eram das comunidades quilombolas, mas que atualmente estavam de posse da indústria de celulose, devido ao processo de espólio desencadeado pela empresa, fazendeiros e Estado. Algumas das primeiras retomadas ocorreram com a ocupação de lugares-chave, a exemplo do caso de um antigo cemitério de pessoas escravizadas, ocupado em um processo bem aceito pelas lideranças mais antigas. Todavia, foram empreendidas retomadas que mesclavam quilombolas e não-quilombolas em áreas que estavam em litígio entre empresa e comunidades, como é o caso de Linharinho e Angelim 1. Este fato desagradou parte significativa dessas comunidades que não quiseram participar dessas articulações. Nessa linha, surgiram as Retomadas de Linharinho e Angelim 1, posteriormente Ninhos dos Pássaros, Córrego do Felipe e Itaúnas. Na leitura de João Batista, essas ocupações ocorriam por meio da derrubada dos eucaliptais com fogo e da divisão das áreas de uma maneira muito similar à divisão empreendida entre os coletores de facho nos lugares de coleta. A partir daí, cada indivíduo ou família responsável pela área desenvolvia diferentes tipos de plantio e de habitação, pouco a pouco, desde o barracão de lona, passando pelo eucalipto, pelo estuque até a alvenaria.

---

<sup>7</sup> Seção local no extremo-norte do Espírito Santo, de um movimento organizado por fazendeiros para se contrapor ao processo da busca por titulação de terras indígenas e de quilombo, em todo o território brasileiro.

<sup>8</sup> São Mateus é um dos lugares de nascimento do MST, pude ter uma conversa longa com Edmundo, um dos envolvidos no nascimento do referido movimento social na região.

Passados mais de dez anos das primeiras retomadas, alguns efeitos são perceptíveis, principalmente devido à retirada de uma quantidade significativa de eucaliptos das terras do Sapê do Norte. Dessa maneira, áreas de várzeas e lagoas se revitalizaram, houve a regeneração de áreas de mata, a substituição de monocultivos de eucalipto por lavouras, plantios de árvores frutíferas e, em alguns casos, o estabelecimento de sistemas agroflorestais que atraíram animais que antes não viam atrativos em meio ao deserto de eucaliptos. Por outro lado, também houve conflitos de um núcleo familiar específico da Retomada de Angelim 1 com as famílias da própria retomada e com as pessoas das terras quilombolas já consolidadas (Pereira; Guimarães; Maia, 2020).

A partir de 2020, pouco antes do começo da pandemia do novo coronavírus e mais intensamente durante o período de “distanciamento social”, começaram a pulular invasões de terras entre o território dos quilombos de Linharinho e de Angelim 1, 2 e 3, por pessoas desconhecidas das comunidades quilombolas. Essas terras eram um misto de terras consolidadas pelos quilombolas que nunca foram tomadas pela empresa do ramo de celulose e terras em litígio entre quilombos e a Suzano S.A, tomadas por eucaliptais.

Os invasores têm derrubado constantemente talhões de eucalipto através do fogo e do corte com motosserras, posteriormente loteiam as áreas construindo barracões com os próprios eucaliptos e, em alguns casos, colocando nomes dos “proprietários” em placas pregadas e fixadas em cada lote. Além disso, existem relatos de ameaças e intimidação dos quilombolas por esses invasores que chegam em grande quantidade nas áreas, com vários carros e até tratores.

Esse processo resultou em uma articulação das comunidades com ministério público, advogados, Incra e pesquisadores(as). A própria indústria de celulose ajuizou alguns pedidos de reintegração de posse, que, depois de algum tempo, foram sendo atendidos, quando foram utilizados os tratores e o aparato da polícia militar para desocupação das áreas. Todavia, parte dessas áreas invadidas atualmente voltaram a ficar sob posse da empresa, que colocou sua polícia privada e placas sinalizando a proibição da entrada de não funcionários ou colaboradores(as).

Recentemente, as lideranças desses invasores(as) articulados em algumas associações construíram uma interlocução com uma deputada aliada ao presidente da república, no sentido de terem acesso aos títulos individuais de terra dessas áreas, que, na retórica desse movimento, são terras devolutas. Existem relatos de outros lugares do Brasil onde têm ocorrido casos semelhantes, usualmente vinculados aos interesses do governo federal em fornecer títulos individuais de propriedade sobrepostos às áreas de unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas.

Diferentemente das áreas de proteção ambiental integral ou do uso sustentável e dos títulos coletivos de terras de quilombo e de indígenas, a titulação individual da terra mantém estas terras no mercado. Sendo assim, estas podem ser muito possivelmente compradas pelas grandes empresas e



fazendeiros, devido, inclusive, à falta de políticas públicas para o fomento da permanência de famílias nesses locais.

As invasões mais recentes, a preponderância dos monocultivos de eucalipto e a falta de condições ambientais para a permanência e a sucessão das famílias no grande território quilombola do Sapê do Norte são consequências diretas da não titulação das terras quilombolas pelo Estado. Situação acentuada pela ausência de extensão rural, assessoria técnica e financiamento por parte do Estado em direção às famílias quilombolas.

A titulação das terras quilombolas não é algo que depende fundamentalmente da articulação dos quilombolas na elaboração dos procedimentos e dos relatórios, mas da predisposição do Estado em considerar esses documentos para a titulação das terras. Simultaneamente, com a acentuação das dificuldades para a permanência das famílias quilombolas em suas terras ancestrais, é imperativo buscar compreender as estratégias e práticas, melhor dizendo, os desenhos ontológicos para a permanência e para a produção do desenvolvimento rural dos quilombos, para além da espera da titulação. Em vista disso, no próximo tópico enfocaremos alguns atributos do trabalho ativo de João Batista, quilombola do Angelim 1, na produção do Sapê do Norte.

## DESENHOS ONTOLÓGICOS PARA ALÉM DA “ESPERA” PELA TITULAÇÃO DAS TERRAS

João Batista nasceu no Sítio Porto das Canoas, no quilombo de Angelim 1, filho de Sr. Getúlio, camponês branco nascido e criado no território do quilombo, e de Dona Dolores, mulher negra nascida também no território do Angelim 1, no entanto, do outro lado do Rio Angelim, no núcleo familiar do Sítio dos Tocos.

Ao longo dos seus aproximadamente 40 anos, o nosso interlocutor tem uma trajetória diversa. Viveu no quilombo do Angelim 1 e na Vila de Itaúnas, foi estudante e depois professor na Escola Família Agrícola de Vinhático e também participou intensamente das “Escolinha Quilombolas”, formação produzida pela Fase-ES no processo de construção da luta pela titulação das terras quilombolas. Por conta dessa relação com a Fase-ES, também trabalhou na organização por aproximadamente 4 anos, no entanto, deixou o trabalho pelo fato deste envolver a realização de seguidas viagens e encontros, situação que o impedia de trabalhar o território da perspectiva local.

A perspectiva local, no trabalho de João, se fundamenta sobretudo na forma como ele captura ontologicamente a agroecologia, conectando aqueles atributos das ontologias tradicionais do quilombo com novos elementos. Isto é, reelaborando os sistemas agroflorestais tradicionais, a criação de animais, os terreiros produtivos, a abundância alimentar, o trabalho coletivo e as formas coletivas de habitação das terras.

Ao deixar a Fase-ES, João, pai de uma filha pequena e casado com uma professora nativa da Vila de Itaúnas, ainda sem terra dentro do quilombo, pois há muito já havia deixado o núcleo familiar do seus pais, conseguiu um emprego em uma empresa prestadora de serviços para a indústria de celulose, à época, de posse do grupo Votorantim, chamada Fibria S.A.<sup>9</sup>. Seu trabalho ocorria no monitoramento dos “talhões” (lotes de eucaliptos plantados), e, nesse processo, ele adquiriu grande conhecimento sobre as atividades da empresa.

Paralelamente, João conseguiu, junto à sua mãe, uma área que era parte da herança dela, também no quilombo de Angelim 1, para desenvolver um projeto de nome “Agroecotur”, que envolvia a produção de sistemas agroflorestais para autoconsumo e comercialização, bem como a construção de uma área para receber turistas e estudantes interessados em cursos e experiências vinculadas à agroecologia. Para isso, ele convidou um outro quilombola<sup>10</sup> para participar do projeto, separando uma área para ele trabalhar, de uma maneira formalizada em contrato, o que não implicava a posse da terra.

Por ser uma das referências do movimento quilombola do Sapê do Norte, bem apropriado da questão do território quilombola e sobre a questão agrária, João foi favorável e de certa forma contribuiu, à seu modo, para as retomadas ocorridas entre o fim da primeira e o começo da segunda década do século XXI. Por conta disso, a empresa terceirizada da indústria de celulose o demitiu. Anteriormente ele já havia sido chamado e inquirido seguidas vezes pelos seus superiores acerca de sua participação nessas retomadas.

Em uma época aproximada, João resolveu encerrar a parceria no projeto “Agroecotur”, devido a uma série de conflitos e problemas desencadeados pelo seu parceiro. No entanto, este passou a ameaçá-lo, impedindo-o de dar prosseguimento aos trabalhos no local. Esta época foi muito difícil, João passou a trabalhar para um empresário curitibano, dono de pousada na Vila de Itaúnas, que não o remunerou devidamente pelos seus serviços. Ademais, João percebia que os sistemas agroflorestais no projeto Agroecotur estavam vingando, produzindo coco, pimenta-do-reino, banana, cacau, café, dentre outras culturas, e, por causa das ameaças, era impedido de manejá-los.

Como alternativa, João encampou a escrita de um projeto para um edital de cultura do Governo do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de reformar a casa de farinha do sítio de seus pais, no quilombo de Angelim 1. A ideia com este projeto, além da produção de derivados da

---

<sup>9</sup> A empresa do ramo de celulose chegou ao Espírito Santo como Aracruz Celulose S.A, sendo vendida entre 2009 e 2010 para o grupo Votorantim, tornando-se Fibria S.A. Mais tarde, em 2018, foi vendida à Suzano S.A, que passou a ocupar o papel de maior empresa do ramo no planeta.

<sup>10</sup> Este quilombola é de um núcleo familiar do quilombo de Santa Isabel, que perderam suas terras na época que a indústria de madeira e posteriormente a indústria de celulose chegaram no território. Em vista disso, teve uma vida muito difícil, sem nenhuma estrutura, tendo se envolvido em crimes, brigas e uso desmedido de drogas ilícitas. Entretanto, João o considerava uma pessoa com gosto e habilidades para a agricultura e o trabalho. Deste modo, acreditou naquilo que em suas palavras ele chama como “poder transformador da agricultura e da agroecologia”.

mandioca, é oferecer oficinas de feitura de farinha de mandioca, beiju e tapioca para as escolas da região, como contrapartida. Além disso, trabalhar nesse projeto também contribuiria com sua volta para o sítio dos seus pais, onde seus irmãos já possuem lavouras.

A volta para o Sítio Porto das Canoas em Angelim 1 ocorreu gradualmente. Antes disso, João formulou e executou um projeto chamado “Agroflorestando o Sapê do Norte”, financiado pela Fase-ES, durante parte de 2020 e de 2021. Nesse projeto, ele produziu centenas de mudas de árvores nativas e de frutíferas para o estabelecimento embrionário de sistemas agroflorestais, junto a parceiros quilombolas e não quilombolas das comunidades de Linharinho, São Domingos, da Retomada de Itaúnas e do Assentamento Paulo Cesar Vinha, do MST.

Desde que comecei a pesquisa de doutorado em interlocução com João Batista, ele sempre se mostrou interessado em ser um agente de multiplicação, dentro do território, de um projeto de desenvolvimento rural integrado para todo o Sapê do Norte, para além de ser um agricultor agroecológico, através da agroecologia, do turismo de base comunitária e da educação ambiental. Nessa lógica, ele sempre quis trabalhar como extensionista e assessor técnico rural para ajudar as pessoas do Sapê do Norte a pensarem a terra e o território, sejam quilombolas ou não quilombolas.

Por esse motivo, ele começou a fazer parte justamente do setor de agricultura e de territórios da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo (COEQ). Aliou-se também a quilombolas e não quilombolas da retomada de Itaúnas, no sentido da construção coletiva de saberes e práticas agroecológicas para essas ocupações, formando um grupo chamado “Coletivo Terra do Bem”. A partir deste coletivo, aprovaram um projeto junto ao Governo do Espírito Santo para a recuperação do Córrego Velho Antônia<sup>11</sup>, através da implantação de sistemas agroflorestais.

Ao longo do processo de articulação das comunidades quilombolas do Sapê do Norte em relação às invasões de 2020 e 2021, João se preocupou em defender a ideia de que as pessoas nativas de Itaúnas e dos quilombos que estavam em áreas retomadas deveriam permanecer nelas. Somado a isso, ele também compreendia, em uma perspectiva pessoal, que era melhor ter pessoas no território ao invés de eucaliptais, desde que elas respeitassem os quilombos e tivessem uma postura, de certo modo, em interface com agroecologia, no sentido de fortalecimento das paisagens e dos cursos d’água. Entretanto, isto não quer dizer que ele apoiaria a permanência de não quilombolas, no caso de a Comissão Quilombola do Sapê do Norte decidir pela retirada das pessoas dessas áreas.

A abertura para o diálogo e parceria com alguns não quilombolas nas retomadas se relaciona ao fato de João Batista sentir que seus conhecimentos sobre agroecologia e seus projetos para um desenvolvimento rural integrado sejam pouco aproveitados pelos quilombolas, inclusive por aqueles que possuem algum grau de parentesco com ele. Nesta lógica, João Batista aponta que,

---

<sup>11</sup> Córrego importante para a reprodução das águas do território de Angelim 1 e Itaúnas.

em um passado recente, alguns quilombolas ouviam mais os funcionários da Suzano S.A, responsáveis pelo setor das relações da empresa com as comunidades, e funcionários de lojas agropecuárias interessados em comercializar insumos químicos, do que ele próprio. Isso vem mudando conforme ele passou a realizar esses projetos de maneira articulada com organizações, pesquisadores(as), também tornando-se um sujeito ativo do processo de lida com as invasões.

Mais recentemente, nosso interlocutor combinou com o pai de separar uma área no sítio Porto das Canoas, para construir uma casa e um espaço para receber pessoas e estudantes interessados na agroecologia, sob uma perspectiva quilombola. O nome do projeto é “Morro Agroecológico”. Essa volta ao núcleo familiar de seus pais também se constitui enquanto símbolo de honra à memória de sua mãe, Dona Dolores, falecida em 2020, que sempre teve gosto pela agricultura, cultivando árvores frutíferas, temperos e plantas medicinais ao redor da casa. Neste processo, João revitalizou sistemas agroflorestais implementados por ele anos atrás, na época que ele saiu da escola família agrícola. Também começou a desenvolver novos sistemas agroflorestais e produziu um viveiro de mudas no Sítio Porto das Canoas.

Estes elementos da trajetória de João Batista demonstram alguns dos desenhos ontológicos que compõem o grande Sapê do Norte, em alternativa ao êxodo rural resultante da colonialidade dos “desertos verdes” dos eucaliptais, paralelamente à busca pela titulação das terras de quilombo. Isto, de maneira a envolver um trabalho ativo de articulação e de produção da paisagem em várias frentes, com vários sujeitos, ativistas, quilombolas, nativos de Itaúnas, organizações, pesquisadores(as) e turistas.

Ademais, nosso interlocutor demonstra capturar ontologicamente a agroecologia a partir dos seus desenhos desde o quilombo, sem o acompanhamento de uma universidade, de extensionistas rurais do Estado ou de organizações não governamentais, com recursos limitados, de diferentes projetos complementares entre si. Somado a isso, convive com situações de conflito e violência oriundas da desestruturação do território produzida pelos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose. Mesmo nestas circunstâncias, João Batista conseguiu gerar efeitos na paisagem e no território a partir de suas práticas, encampando um desenvolvimento rural nos espaços e nas fissuras da modernidade colonial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem dos desenhos ontológicos, quando voltada para analisar as diferentes práticas e seus efeitos no ambiente, isto é, as assembleias e seus desdobramentos na constituição de paisagens multiespécie, permite-nos destrinchar de uma maneira mais detalhada as dinâmicas ambientais na modernidade colonial. Isso pode ocorrer tanto da perspectiva das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, em suas práticas, expectativas, projetos e articulações, quanto dos

colonizadores, quer dizer, fazendeiros, corporações e parte do Estado em seus inventários de tecnologias coloniais.

Outrossim, esta abordagem também permite enquadrar os conflitos ontológicos em espaços menos demarcados do que as arenas públicas, no fazimento de mundos antagônicos na vida cotidiana. Por exemplo, quando quilombolas enfrentam e tem de lidar com solos degradados, falta de disponibilidade de água, contaminação e secamento dos cursos d'água, já denunciados há uma dezena de anos como produtos da ação sistemática da indústria de celulose, mas, que estão ali, cada vez mais imperativos para a existência destas populações.

No âmbito dos estudos rurais e sobre o desenvolvimento rural, a pesquisa focada nos desenhos ontológicos do Sapê do Norte nos permitiu análises para além dos estudos sobre sistemas agroalimentares, das relações entre agricultores(as) e a sociedade/economia de mercado ou de pesquisas que enquadram o desenvolvimento rural como conhecimento instrumental para adequação das famílias camponesas à modernização da agricultura em um sentido amplo. Por outro lado, nos permite olhar para uma diversidade mais ampla de formas de construção de mundo das populações tradicionais e camponesas, reiteradamente assediadas pela grande propriedade e pelo Estado.

No caso específico dos estudos sobre comunidades quilombolas, a abordagem dos desenhos ontológicos nos permite olhar mais dedicadamente para estratégias paralelas ou que estão para além da busca/espera da titulação dos territórios pelo Estado. Levando em consideração o momento que vivemos atualmente no Brasil, a postura do governo federal é enfaticamente antagônica à qualquer acesso de comunidades não brancas aos territórios, sobretudo em desfavor da aquisição de títulos coletivos quando essas terras saem do mercado, tendo em vista a necessidade de expansão das fronteiras do extrativismo, devido a este ocasionar invariavelmente uma degradação das paisagens, necessitando cada vez de mais terras para a exploração.

Todavia, mesmo que existam diferentes situações acerca das possibilidades e dos limites impostos às comunidades quilombolas no Brasil do século XXI, com o recrudescimento das condições ambientais de existência ao longo dos territórios, podemos afirmar que, sem uma perspectiva de titulação dessas terras para que as comunidades tenham autonomia do manejo dos rios, florestas, várzeas, dentre outros elementos das paisagens, as condições ambientais de permanência e sucessão das famílias tornam-se bastante reduzidas.

A partir da complexidade encontrada no Sapê do Norte, é possível observar que o resultado da relação entre quilombolas e a modernidade colonial, manifestada principalmente nos desenhos ontológicos da indústria de celulose e do Estado, produzem diferentes resultados. Entre esses, estão a degradação do ambiente, as invasões, as retomadas, a emergência de um movimento social quilombola ramificado entre diferentes tipos de ativismos e a contextualização local da questão

ambiental, especialmente através de capturas ontológicas da agroecologia. Neste processo, projetos e expectativas são desenhados de maneira relacionada às condições produzidas pela colonialidade. Todavia, parte destes desenhos estão para além dos papéis direcionados pelos colonizadores para enquadrarem os quilombolas.

Independentemente dessas articulações, projetos e estratégias da perspectiva dos quilombolas do Sapê do Norte, é muito difícil a plenitude da vida e um ambiente fértil para a criatividade ontológica dos povos em paisagens tomadas majoritariamente por monocultivos e suas consequências, como é o caso da região em questão no extremo-norte do Espírito Santo. Por estes motivos, são imprescindíveis a titulação coletiva das terras de quilombo e a criação de territórios e paisagens livres do extrativismo.

## REFERÊNCIAS.

ARNETH, A., F; DENTON, F; AGUS, A; ELBEHRI, K.; ERB, B.; OSMAN ELASHA, M.; RAHIMI, M.; ROUSENVEL, A; SPENCE, R. Framing and Context. *In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. Genebra: IPCC, 2019. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/2b.-Chapter-1\\_FINAL.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/2b.-Chapter-1_FINAL.pdf). Acesso em: 15 fev. 2020>.

ALIMONDA, H. Ecologia Política y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas. *Desenvolvimento e Meio-Ambiente*, v.35, pp.161-168, dez, 2015. <<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44557>> <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44557>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ALMEIDA, J. “Pesquisa social sobre ambiente: misturando sujeitos e objetos híbridos” in ALMEIDA, J(Org). *Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

BERNARDO NETO, J. *Negros em Terras de Brancos? Reflexões sobre racismo e a colonialidade nas representações hegemônicas sobre o Espírito Santo*. 2017. 337f. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro, UFF. 2017.

BLASER, M. Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: towards a conversation on Political Ontology. *Current Anthropology* v. 54, n. 5, pp.547-568, out, 2013.

BRONZ, D; ZHOURI, A; CASTRO, E. Apresentação: Passando a boiada - violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 49, pp.7-41, ago, 2020.

CARVALHO, N. F. *A mediação na reparação de danos provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão aos faiscadores e pescadores artesanais da região de Rio Doce/MG*. 2019. 198f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, UFRGS, 2019.

DARÉ, Raquel. *A “Crise do Café” e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo*. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Vitória, UFES, 2010.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

- ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In SANTOS, B. S(Org). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 639-666.
- ESCOBAR, A. "Postconstructivist Political Ecologies" In: REDCLIFFT, M.; WOODGATE, G (eds). *International Handbook of Environmental Sociology*, 2nd. Cheltenham, UK: Elgar, 2010, pp 91-105.
- ESCOBAR, A. *Autonomía y diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FLEURY, L. C. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte em perspectiva*. 2013. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre, UFRGS, 2013.
- FLEURY, L. C; ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 35, p. 34-82, jan/abr, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003> <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>. Acesso em: 18 out. 2021.
- FLEURY, L. C. "A gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu": cosmopolítica e conflito ambiental na construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte na Amazônia brasileira." In ALMEIDA, J(Orgs). *Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Pp. 29-54.
- FLEURY, L. C; BARBOSA, R. S; JÚNIOR, H. A. S. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, v. 5, p. 219-253, 2017 <<http://dx.doi.org/10.20336/rbs.227>" <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.227>>. Acesso em: 18 out. 2021.
- FU KIAU. K. K. B. *African Cosmology of the Bântu-Kôngo: principles of life and living*. Athelia Henrietta Press, 2001.
- GLOBAL WITNESS. *At what cost? Irresponsible business and the murder of land and environmental defenders*. London: Global Witness, 2018.
- GUDYNAS, E. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- HAESBAERT, R. Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of American Latin Geography* v. 19, n. 1, pp. 141-151, 2020. <<https://doi.org/10.1353/lag.2020.0007>" <https://doi.org/10.1353/lag.2020.0007>>. Acesso em: 15 set. 2021.
- INGOLD, T. *The Perception of Enviroment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Ed Routledge, 2000.
- LATOURE, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LEFF, E. Political Ecology: a Latin American Perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 29-64, dez. 2015. <<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>" <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

- LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOUREIRO, K. *Os Tupinikim: Quem somos nós?* Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MEDEIROS, R. *Ruschi: o agitador ecológico*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.
- MEIRA, A. C. H. “Ó!! Você vai construir por cima de mim !!”: Desenvolvimento, Conflito Ambiental e disputas por justiça no litoral sul do Espírito Santo, Brasil. 2017. 192f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, UFRGS, 2017.
- OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2008.
- OLIVEIRA, O. M. Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. *Ruris*, v. 5, sep, 2011 <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1469>>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- PEÑAFIEL, A. P. P. Desenhos, relações e desenvolvimento: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru. 2016. 219f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, UFRGS, 2016.
- PEREIRA, G. R.; GUIMARÃES, J. B.; SILVA, J. M. Retomadas Quilombolas do Angelim 1: elementos da transição agroecológica em contextos de injustiça ambiental no extremo-norte do Espírito Santo. *Cadernos de Agroecologia*. v. 15, n 2, pp.1-6, 2020. <http://cadernos.abaagroecologia.org.br/cadernos/article/view/4026/3004>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- PRIMAVESI, A. *Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- POSEY, Darel. *A ciência dos Mebêngôkre: alternativas contra a destruição*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- QUIJANO, A. Colonialidad do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Pp.117-142.
- RUSCHI, A. *Agroecologia*. Brasília: Horizonte, 1978.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. A redescoberta da natureza. *Estudos Avançados*, v. 6, n. 14, 1992.
- SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.
- SUÁREZ, M. A Seleção Natural: uma introdução geral no curso. *Humanidades*, v. 2, n.9, pp. 128-138, out/dez, 1994.
- SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.



TLOSTANOVA, M. On decolonizing design. *Design Philosophy Papers*, v.15, pp.51-61, mar, 2017 <<https://doi.org/10.1080/14487136.2017.1301017>>. Acesso em: 10 out. 2020.

TSING, A. L. On nonscalability: the living world is not amenable to precisionnested scales. *Common Knowledge*, v.16, pp. 505-524, aug, 2012. <<https://doi.org/10.1215/0961754X-1630424>>. Acesso em: 4 out. 2020.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena" in VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, v. 52, p. S025-S044, 2014 <<https://doi.org/10.1590/S010320032014000600002>>. Acesso em: 28 set. 2020.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.